

RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.640 - MT (2020/0039629-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADOS : FAGNER DA SILVA BOTOF - MT012903
EDYEN VALENTE CALEPIS - MT015005
RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MT008184
RECORRIDO : EDILSON SILVA ALENCAR
ADVOGADO : THIAGO SILVA FERREIRA - MT020957

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO VÍTIMA DO ACIDENTE - FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - PRECEDENTES - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS POR APRECIÇÃO EQUITATIVA - REGRA PREVISTA NO § 8º DO ARTIGO 85 DO CPC/15 - REDUÇÃO PARA O PERCENTUAL MÁXIMO DE 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO - DESCABIMENTO - VALOR QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE - ALEGADA AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DOS REQUISITOS CARACTERIZADORES DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - DESCABIMENTO - REDISCUSSÃO DO CONTEÚDO DECIDIDO NA APELAÇÃO - MESMOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NAS RAZÕES DA APELAÇÃO - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS CAPAZES DE MODIFICAR O *DECISIUM* - MANIFESTA INADMISSIBILIDADE - ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC/15 - APLICAÇÃO DE MULTA - ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/15 - RECURSO INADMITIDO.

Se a parte agravante se limitou a rediscutir o mesmo conteúdo objeto da decisão agravada, qual seja, a improcedência da pretensão autoral em razão da ausência de cobertura técnica decorrente do não pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório DPVAT à época do acidente, a inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ e a redução dos

honorários advocatícios para o percentual máximo de 20% do valor da condenação, trazendo à discussão os mesmos fundamentos apresentados nas razões da apelação, não cumprindo o disposto no art. 1.021, § 1º, do CPC/15, o recurso não deve ser admitido.

Sendo o recurso manifestamente inadmissível, deverá ser aplicada a multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/15, a ser arbitrado no momento do julgamento, caso haja unanimidade na votação.

Alega-se violação do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil, sob o argumento de que não é cabível a multa prevista no mencionado dispositivo legal pela simples interposição do agravo interno contra decisão do relator.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local, diante da ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão proferida pelo relator, aplicou multa ao então agravante, nos termos do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

Em que pese, todavia, a atecnia do recorrente ao deixar de observar o dever de impugnação específica aos fundamentos da decisão recorrida, nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil, a aplicação da multa prevista no § 4º do mesmo artigo não se dá de maneira automática.

Necessário, antes, que se vislumbre o caráter abusivo ou protelatório da interposição, sem o que não se deve aplicar a referida multa.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC/1973. RECURSO DE APENAS UM LITISCONORTE. EFEITO EXTENSIVO. ART. 509 DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. Não se aplica o efeito extensivo do art. 509 do CPC/1973 (art. 1.005 do CPC/2015) à majoração de honorários em recurso de apenas um dos litisconsortes.

2. Conforme orienta a jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ, "a aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida

Superior Tribunal de Justiça

multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada" (AgInt nos EREsp n. 1.120.356/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2016, DJe 29/8/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1593496/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/2/2020, DJe 28/2/2020)

Não se verifica, no caso dos autos, que a recorrente tenha tido o interesse de protelar ou abusar, até mesmo porque o acesso às instâncias extraordinárias depende do esgotamento das vias ordinárias, o que se dá com o pronunciado colegiado do Tribunal de segundo grau sobre o tema.

Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso especial para afastar a multa aplicada no julgamento de agravo interno pelo Tribunal de origem.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora